

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
DOUTORADO

BIANCA STRÜCKER

**INTER-RELAÇÕES ENTRE LAICIDADE E DIREITOS REPRODUTIVOS: processos
emancipatórios de mulheres na análise de discussões públicas em relação a ADPF 442 e Lei
9.263/1996 sob uma óptica laico-republicana**

SANTO ÂNGELO (RS)

2022

BIANCA STRÜCKER

INTER-RELAÇÕES ENTRE LAICIDADE E DIREITOS REPRODUTIVOS: processos emancipatórios de mulheres na análise de discussões públicas em relação a ADPF 442 e Lei 9.263/1996 sob uma óptica laico-republicana

Tese defendida ao Curso de Doutorado em Direito, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Santo Ângelo/ RS, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Direito.

Orientador: Dr. Noli Bernardo Hahn
Coorientador: Dr. João Martins Bertaso

Santo Ângelo (RS)

2022

Bianca Strücker

INTER-RELAÇÕES ENTRE LAICIDADE E DIREITOS REPRODUTIVOS: processos emancipatórios de mulheres na análise de discussões públicas em relação a ADPF 442 e Lei 9.263/1996 sob uma óptica laico-republicana

Tese de doutorado submetida à Comissão Julgadora do Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Santo Ângelo como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Doutora em Direito, Área de Concentração: Direitos Especiais, Linha de Pesquisa: I – Direito e Multiculturalismo.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Noli Bernardo Hahn
Orientador (presidente da banca)

Prof. Dr. João Martins Bertaso
Coorientador (membro interno)

Prof. Dr. Rogério da Silva
Examinador (membro externo)

Profa. Dra. Denise Girardon dos Santos
Examinadora (membro externo)

Profa. Dra. Sandra Vidal Nogueira
Examinadora (membro externo)

Prof. Dr. Celso Gabatz
Examinador (membro externo)

Santo Ângelo (RS), 25 de fevereiro de 2022.

Com todo amor, à minha família.

AGRADECIMENTOS

Gratidão se tornou uma palavra muito proferida. Estampada em redes sociais e artigos de consumo, já há alguns anos tem sido nomeada como palavra da “moda”. Oriunda do latim *gratia* ou *gratum*, que significam, respectivamente, graça e grata ou agradável, a palavra gratidão confere um tom mais sentimental ao mero obrigado/a. Ocorre que o sentimento de graça ao fim do doutoramento inunda minha razão e meus sentimentos. A gratidão me reencanta e, nas palavras de Moraes e Torre (2018), toma meu sentipensar.

Apesar de todo o trabalho individual e solitário dispensado para a realização desta tese, muitas pessoas especiais contribuíram, direta ou indiretamente, para seu desenvolvimento. A todas elas apresento profunda gratidão e a algumas sinto-me na obrigação de estender um agradecimento especial, sem que isso imponha uma ordem de importância, tarefa que seria impossível. Assim, agradeço:

À minha família, que, sem dúvida, ofereceu-me suporte, amparo e carinho ao longo de toda esta caminhada acadêmica. Meus pais, Arminda e Wilson, são, além de seres humanos admiráveis, incentivadores convictos do estudar, do empoderamento feminino e da busca por sabedoria. Lucas e William, meus irmãos e amigos, também são fontes de afeto, incentivo e certezas de um ouvido atento para uma falante e empolgada pesquisadora.

Ao Rafael, meu marido, companheiro e melhor amigo, que foi e é um parceiro na trajetória acadêmica. Agradeço por ter sido ouvido para as queixas, incentivo para os momentos de apagão de inspiração, debatedor de ideias, amigo nos momentos de relaxamento – especialmente no isolamento de quase dois anos, onde nosso lar precisou ser tudo ao mesmo tempo, e um colo, muito, muito amoroso e acolhedor, sempre que necessário. Carmen, Esmeraldo,

Luciana, André e Arthur complementam o suporte e o afeto vindos da segunda família.

Embora parte do período de doutoramento tenha ocorrido no isolamento imposto pela pandemia do novo coronavírus, este foi um momento de concretização de novas e velhas amizades. Agradeço Gabriel, Candice, Ana, Kaoanne, Lucimary, Alana e Thaís, que foram companhias para produções acadêmicas, participação em eventos, chimarrões – quando ainda podíamos compartilhá-lo, lanches e livros. Aos colegas, Ana, Candice, Liane, Rafael, Rafaela, Francieli, Nelmo, Agnelo e Salomão estendo um obrigada por formarem uma turma que amistosamente se ajudou, produziu e compartilhou conhecimento.

Ao professor e orientador Dr. Noli Bernardo Hahn, agradeço por estar sempre presente, seja na correção de textos, fornecimento de materiais, debate de ideias e autores e incentivo para a escrita. Também, não posso deixar de mencionar a gentileza e afeto com que conduz a relação orientador-orientanda, disposto a compreender o tempo da produção e as questões pessoais que não permitem que o aluno seja apenas pesquisador. Agradeço por ser um professor empático, que entende a Outridade e exerce seu ofício com humanidade.

Ao professor, coorientador e coordenador de curso Dr. João Martins Bertaso, agradeço pelo carinho ao tratar seus alunos, pela perspicácia na correção de meus textos e pela atenta escuta das propostas para a tese. Ademais, como coordenador de curso, juntamente dos demais professores e de Alana e Débora, secretárias do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD), ofereceu todo o suporte para a realização da tese. Agradeço também, à Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Santo Ângelo e à Cátedra Luis Alberto Warat, pelo apoio à pesquisa, seja na gestão, infraestrutura, promoção de eventos e disponibilização de materiais para a elaboração do estudo.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento do curso de doutorado, através de bolsa de pesquisa, a qual permitiu-me exercer a atividade de pesquisadora, bem como contribuir para as pesquisas desenvolvidas junto ao PPGD da URI Santo Ângelo e do Grupo de Pesquisa Novos Direitos em Sociedades Complexas.

*Abafaram nossa voz
Mas se esqueceram de que não estamos sós
Abafaram nossa voz
Mas se esqueceram de que não estamos sós
Essa vai
Pra todas as mulheres
Marianas, índias, brancas
Negras, pardas, indianas
Essa vai pra você que sentiu aí no peito
O quanto é essencial ter no mínimo respeito
Essa dor é secular e em algum momento a de curar
Diga sim para o fim de uma era irracional, patriarcal
[...]
Então eu canto pra que em todo canto
Encanto de ser livre, de falar
Possa chegar, não mais calar
(Mariana Nolasco)*

RESUMO

O tema central que se delimita a esta tese é inter-relações entre laicidade, direitos reprodutivos e processos de emancipação de mulheres. Tem-se como objetivo geral investigar como conceber, numa perspectiva laico-republicana, em declarações públicas a respeito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442 e da Lei 9.263/1996, processos de emancipação de mulheres no que tange aos direitos reprodutivos. Tomando o contexto e os efeitos dos direitos reprodutivos no Brasil, a pergunta central desta pesquisa é: como conceber, numa perspectiva laico-republicana, em declarações públicas a respeito da ADPF 442 e da Lei 9.263/1996, processos de emancipação de mulheres no que tange aos direitos reprodutivos? Desenvolve-se a pesquisa e formula-se a tese dentro de uma abordagem epistêmica e metodológica complexo-paradoxal, a qual perpassa por quatro objetivos específicos relativos a cada capítulo, onde a partir de reflexão coordenada e sinérgica responde-se a questão central e argumenta-se a tese. No primeiro capítulo, analisa-se e descreve-se laicidade enquanto conceito, categoria de compreensão e princípio; e contextualiza-se laicidade em realidades brasileiras. Apresentam-se e retomam-se teorias da laicidade como elementos de separação Igreja-Estado para pensar na individualidade, integrando teorias pré-modernas sobre a relação Igreja-Estado e a conceituação de laicidade na modernidade a partir de uma contextualização histórico-social. Abrange-se o aspecto universalista da individualidade na modernidade, bem como se faz uma contextualização de realidades brasileiras. No segundo, tem-se como objetivo analisar e descrever a cultura patriarcal e contextualizar o controle dos corpos femininos. O pensamento patriarcal e o controle dos corpos femininos são apresentados como elementos de controle biopolítico do feminino, seja por parte do Estado ou de instituições religiosas. No terceiro, analisa-se a Lei 9.263/96 e a ADPF 442 e interpreta-se a presença ou não de perspectivas laico-republicanas. Discursos jurídicos, filosóficos, religiosos e feministas em um espaço laico-republicano são pensados na análise da lei 9.263/96, que versa sobre o planejamento familiar, e da ADPF 442, que trata da possível descriminalização do aborto. No último capítulo, tem-se por objetivo demonstrar a complexidade dos processos de emancipação feminina em perspectiva laico-republicana. Assim, seguindo a lógica interna da reflexão, demonstram-se inter-relações entre laicidade e direitos reprodutivos para a afirmação de processos de emancipação de mulheres. Conclui-se e argumenta-se um fugir das verdades objetivas para pensar processos de emancipação feminina a partir da teoria da complexidade e pensamento não-totalizante, isto é, o Outro como abertura e pluralidade.

Palavras-chave: Emancipação. Mulheres. Direitos Reprodutivos. Laicidade. Complexidade.

ABSTRACT

The central theme that delimits this thesis is the interrelationships between laicity, reproductive rights and women's emancipation processes. The general objective is to investigate how to conceive, in a laic-republican perspective, in public statements regarding the Argument of Noncompliance with Fundamental Precept (ADPF) 442 and Law 9.263/1996, processes of women's emancipation with regard to reproductive rights. Taking the context and effects of reproductive rights in Brazil, the central question of this research is: how to conceive, in a laic-republican perspective, in public statements regarding ADPF 442 and Law 9.263/1996, women's emancipation processes in what regarding reproductive rights? The research is developed and the thesis is formulated within a complex-paradoxical epistemic and methodological approach, which passes through four specific objectives related to each chapter, where from a coordinated and synergistic reflection, the central question is answered and argued up the thesis. In the first chapter, laicity is analyzed and described as a concept, category of understanding and principle; and laicity is contextualized in Brazilian realities. Theories of laicity are presented and resumed as elements of Church-State separation to think about individuality, integrating pre-modern theories on the Church-State relationship and the conceptualization of laicity in modernity from a historical-social contextualization. The universalist aspect of individuality in modernity is covered, as well as a contextualization of Brazilian realities. In the second, the objective is to analyze and describe the patriarchal culture and contextualize the control of female bodies. Patriarchal thinking and the control of female bodies are presented as elements of biopolitical control of the female, whether by the State or religious institutions. In the third, Law 9.263/96 and ADPF 442 are analyzed and the presence or absence of laic-republican perspectives is interpreted. Legal, philosophical, religious and feminist discourses in a laic-republican space are considered in the analysis of law 9.263/96, which deals with family planning, and ADPF 442, which deals with the possible decriminalization of abortion. In the last chapter, the objective is to demonstrate the complexity of the processes of female emancipation in a laic-republican perspective. Thus, following the internal logic of the reflection, interrelationships between laicity and reproductive rights are demonstrated for the affirmation of women's emancipation processes. It concludes and argues an escape from objective truths to think about processes of female emancipation based on the theory of complexity and non-totalizing thinking, that is, the Other as openness and plurality.

Keywords: Emancipation. Womens. Reproductive Rights. Laicity. Complexity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 APONTAMENTOS SOBRE AS TEORIAS DA LAICIDADE COMO ELEMENTO DE SEPARAÇÃO IGREJA-ESTADO PARA PENSAR NA INDIVIDUALIDADE	18
1.1 Noções pressupostas acerca da laicidade: teorias pré-modernas de separação Igreja-Estado ...	19
1.2 Modernidade e a conceituação de laicidade: contextualização histórico-social	38
1.3 Universalismo: de que individualidade a modernidade tratou? Pressupostos para vencer as limitações modernas e afirmar o pensamento decolonial	53
1.4 República Brasileira: contextualização sócio-antropológica e a interiorização da laicidade como um princípio	72
2. GENEALOGIA DO PENSAMENTO PATRIARCAL E DO CONTROLE DOS CORPOS FEMININOS	92
2.1 Historiografia do controle dos corpos femininos	93
2.2 Teoria do contrato sexual: patriarcalismo e a passagem do direito paterno para o direito masculino	120
2.3 Biopolítica: relações de poder, dispositivo da sexualidade e da reprodutividade	149
3. DISCURSOS JURÍDICOS, FILOSÓFICOS, RELIGIOSOS E FEMINISTAS EM UM ESPAÇO LAICO-REPUBLICANO: ANÁLISE DA ADPF 442 E DA LEI 9.263/1996	169
3.1 Interfaces narrativas de discursos jurídicos, filosóficos, religiosos e feministas em um espaço laico-republicano	170
3.2 Lei 9.263/1996: Planejamento familiar e direitos reprodutivos	183
3.3 O caso da ADPF 442: direitos reprodutivos sob o olhar do judiciário e de entidades em audiência pública	204
4. FUGANDO DAS VERDADES OBJETIVAS PARA PENSAR A EMANCIPAÇÃO FEMININA A PARTIR DA TEORIA DA COMPLEXIDADE	263
4.1 Pensamento não-totalizante: o Outro como abertura e pluralidade	264
4.2 Racionalidade descentrada e a abertura para novas verdades: inter-relações entre laicidade e direitos reprodutivos	278
4.3 Concebendo os processos de emancipação feminina na teoria da complexidade	295
CONCLUSÃO	325
REFERÊNCIAS	331

INTRODUÇÃO

Inter-relacionar laicidade e direitos reprodutivos é a grande temática desta pesquisa, que carrega em cada expressão significado em si e no contexto do estudo. O prefixo “inter” é utilizado pautado nas teorias de base que perpassam toda a tese, especialmente, na teoria da complexidade de Edgar Morin. A fuga do pensamento simplista e calculador está denotada nesta expressão e direciona para uma das teorias de base que percorre toda a pesquisa: a complexidade enquanto metodologia, ontologia e epistemologia. “Relacionar”, por outro lado, abarca todo um conjunto epistemológico que enxerga o ser na existência não isolada, mas como sujeito relacional, ligado ao Outro. O aporte teórico, neste sentido, fundamenta-se em autores, como Warat, Levinas, Touraine, Vattimo, dentre outros.

Os direitos reprodutivos, neste segmento, compreendem o direito básico de o sujeito decidir livre e, responsabilmente, sobre o número, o espaçamento e o desejo de ter filhos/as e de ter a informação e os meios para assim o fazer, gozando do mais elevado padrão de saúde sexual e reprodutiva. Incluem o direito individual de mulheres e homens em decidir sobre se querem, ou não, ter filhos/as, em que momento de suas vidas e quantos/as filhos/as desejam ter; de tomar decisões sobre a reprodução livre de discriminação, coerção ou violência; de homens e mulheres participarem com iguais responsabilidades na criação dos/as filhos/as; serviço de saúde pública de qualidade e acessível, durante todas as etapas da vida; acesso a adoção ou tratamento para a infertilidade.

Outrossim, laicidade é definida por Blancarte (2008) como um regime social de convivência, cujas instituições políticas estão legitimadas principalmente pela soberania popular e já não mais por elementos religiosos. Não obstante, denota-se laicidade como um elemento central

de repúblicas¹, pois a soberania passa a ser popular, de todos, e não mais proveniente do sagrado. Mas, para além de uma definição de laicidade centralizada na ideia de transição entre uma legitimidade outorgada pelo sagrado e uma forma de autoridade proveniente do povo, entende-se que a laicidade, assim como a democracia, é mais um processo que uma forma fixa ou acabada em forma definitiva. Isto é, não se pode afirmar que uma sociedade é total e definitivamente laica.

Tomando o contexto e os efeitos dos direitos reprodutivos no Brasil, a pergunta central desta pesquisa é: como conceber, numa perspectiva laico-republicana, em declarações públicas a respeito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442 e da Lei 9.263/1996, processos de emancipação de mulheres no que tange aos direitos reprodutivos?² Neste sentido, ainda que o Brasil seja formalmente laico, enquanto princípio republicano e constitucional necessita de constante afirmação, como em uma queda de braços, em que não se pode relaxar sob o perigo de perder o jogo. Assim se dá a afirmação da laicidade enquanto princípio: precisa ser constantemente reafirmada, reelaborada e inserida no contexto republicano e democrático brasileiro. A religião, em suas mais diversas formas de expressões, faz parte da cultura brasileira, mas, ainda hoje, permeia com mais ou menos poder – a depender do momento histórico – os espaços públicos e Estatais. Entretanto, ainda que o Estado Republicano tenha buscado libertar³ o indivíduo, acentuando as discussões em torno da subjetividade, o corpo da mulher permaneceu controlado e disciplinado.

Compreende-se que o patriarcado é um elo entre Igreja e Estado, elo este que não foi quebrado com a instauração da República no Brasil, que buscou a liberdade em diversos sentidos, mas não criou subsídios para a emancipação feminina e a autogestão de seus corpos. Há, entretanto, uma perspectiva paradoxal por detrás da presença-ausência do Estado. Se por um lado a presença do Estado pode representar limitações aos direitos individuais e reprodutivos das mulheres, por outro, é por meio dos instrumentos estatais que se criam condições para a emancipação feminina com relação aos seus direitos reprodutivos e sexuais. Nos casos específicos da Lei do Planejamento Familiar e da ADPF 442, é somente o Estado que tem o poder de alterar a

¹ Ao mencionar repúblicas, utiliza-se da noção moderna e contemporânea. Embora não seja pertinente para esta tese, importante salientar a existência de repúblicas desde a Roma antiga, que durou cerca de 500 anos, de 509 a.C. a 27 a.C.

² Embora a pergunta suleadora concentre o olhar sobre os direitos reprodutivos femininos, deixa-se expresso e argumentado que este é, também, um direito masculino.

³ A expressão faz alusão aos ideais da Revolução Francesa, “igualdade, liberdade e fraternidade”. Embora não se possa afirmar que o Estado republicano liberta alguém, este foi um *slogan* das repúblicas ocidentais.

legislação vigente⁴, assim como permitir ou proibir educação e informação sexual em escolas ou unidades de saúde, criar mecanismos de planejamento familiar e de controle voluntário da natalidade, e respeitá-los. Ao decidir limitar tais direitos, o Estado não o faz pautado em uma ética laico-republicana, mas, em uma moral religiosa que ainda não se desvencilhou das estruturas de poder Estatais, em especial quando se trata de corpos femininos.

O objetivo geral é investigar como conceber, numa perspectiva laico-republicana, em declarações públicas a respeito da ADPF 442 e da Lei 9.263/1996, processos emancipatórios de mulheres no que tange aos direitos reprodutivos. A pesquisa perpassa pelo entendimento acerca do fenômeno nomeado laicidade, sua história, sua conceituação, e como compreender outras temáticas a partir dele. Igualmente, ao traçar discussões acerca do corpo feminino, compreender qual a história por detrás do controle empregado, da imposição de papéis sociais e qual o papel da maternidade na existência feminina é fundamental, para, a partir destes pressupostos, analisar a Lei 9.263/1996, que trata do planejamento familiar e a ADPF 442 tendo em foco pensar processos de emancipação feminina.

Deste modo, há uma lógica interna no desenvolvimento dos capítulos, onde primeiramente aborda-se o fenômeno da laicidade e da individualidade e em seguida observa-se em um giro histórico o controle patriarcal e biopolítico sobre corpos femininos. Com estes pressupostos em mente a análise discursiva da Lei 9.263/96 e da ADPF 442 nos remete o olhar para realidades brasileiras no que se refere aos direitos reprodutivos. Percebe-se o limiar da laicidade, suas limitações e afirmações ao debater em espaço laico-republicano uma temática que no Ocidente foi cara às instituições religiosas por séculos. Assim, compreendendo a complexa trama de realidades, olhares e verdades⁵ que forma o cenário brasileiro ao debater direitos reprodutivos, pode-se argumentar e demonstrar como conceber processos emancipatórios femininos.

⁴ No Brasil mudanças na interpretação constitucional, que inclusive ensejam nas legislações infra-constitucionais, têm ocorrido tanto através do Poder Legislativo como também do Poder Judiciário. Mas, não é objeto deste trabalho averiguar a possibilidade de o judiciário decidir sobre esta demanda, nem sobre discussões que questionam a separação dos poderes. O trabalho aborda o caso fático: podendo ou não, o STF está decidindo sobre matérias importantes para esta pesquisa.

⁵ A noção de verdade apresentada por esta tese difere-se de concepções fechadas, mas coaduna-se com a defendida por Gianni Vattimo, que foge de uma verdade objetiva, a-histórica, e a-contextual. Para Vattimo, a verdade não se encontra, mas se constrói com o respeito da sociedade de cada um e das diversas comunidades que convivem. O autor defende a ideia de verdade como abertura não como domínio, da verdade que não mais é metafísica, mas que é construída pelo sujeito no mundo, na ontologia da atualidade.

A tese desenvolve-se através da investigação de quatro objetivos específicos, correspondentes a cada capítulo. No primeiro capítulo, objetivou-se analisar e descrever laicidade enquanto conceito, categoria de compreensão e princípio; e contextualizar laicidade em realidade brasileira. Para tanto, em um primeiro momento se resgata movimentos que já apontavam uma possível separação entre Igreja e Estado antes da modernidade⁶. A modernidade é um marco histórico importante, como concretização e conceituação da laicidade, que passa a ser um elemento central na instauração das repúblicas. É neste contexto que se insere a paradoxal problemática da individualidade. A modernidade contribui para o avanço de pesquisas e teorias que privilegiam a parte sobre o todo, mas teorizou apenas um sujeito universal, burguês, branco, heterossexual e do sexo masculino. Assim, embora a modernidade tenha contribuído com teorias que pensaram na individualidade, não rompeu com as concepções biopatriarcalistas⁷. Por fim, o capítulo investiga a contextualização sócio-antropológica da república brasileira a fim de compreender contextos e realidades brasileiras.

No segundo capítulo, tem-se como objetivo analisar e descrever a cultura patriarcal e contextualizar o controle dos corpos femininos. Neste sentido, traçou-se uma historiografia acerca do controle imposto sobre os corpos femininos no ocidente, a fim de compreender a dinâmica de dominação presente em séculos de história numa lógica de inferioridade feminina que também se mescla com a temática do primeiro capítulo, afinal, concepções religiosas colaboraram para a teorização e implementação deste controle biopatriarcal. A teoria do contrato sexual, de Carole Pateman, contribui na percepção da dinâmica de controle que adentra no direito. Se o patriarcalismo foi uma estrutura social dominante, o direito masculino, que negou o contrato social às mulheres, também foi, e é. A biopolítica, neste segmento, fornece base teórica para assimilar as relações de poder no caso específico das mulheres, bem como permite uma ampliação teórica de afirmação de um dispositivo da reprodutividade como fundamento da dominação sobre corpos femininos. A compreensão do pensamento biopatriarcalista, do controle dos corpos femininos- e como estas concepções sobre a mulher atravessam os tempos, ingressam no sistema de direito, e auxiliam as instituições estatais e não estatais a exercer poder sobre corpos.

No terceiro capítulo, o objetivo específico é analisar a Lei 9.263/96 e a ADPF 442 e

⁶Este recorte é importante para não centralizar a laicidade apenas como uma descoberta moderna, afinal povos antigos já discutiam sobre este movimento.

⁷Tópico abordado de forma mais aprofundada dentro do segundo capítulo.

interpretar a presença ou não de perspectivas laico-republicanas. Num primeiro momento, no entanto, cumpre compreender a noção de discurso, vez que são discursividades que são analisadas nos textos, motivo pelo qual a concepção foucaultiana sobre discurso é observada. Neste sentido, analisar e interpretar as declarações públicas apresentadas em audiências públicas no Supremo Tribunal Federal na ADPF 442, assim como a Lei 9.263 de 1996, que dispõe sobre o planejamento familiar, são ferramentas utilizadas para questionar como conceber, numa perspectiva laico-republicana, processos que emancipem as mulheres no que tange aos direitos reprodutivos. A análise da lei e dos debates em andamento no STF acerca da ADPF permitem vislumbrar lógicas de controle e lógicas emancipatórias. Assim, as inter-relações entre direitos reprodutivos e laicidade são evidenciadas para fornecer suporte à proposta do quarto capítulo: pensar os complexos processos emancipatórios femininos, especialmente quanto aos direitos reprodutivos.

No último capítulo, tem-se por objetivo demonstrar e argumentar a complexidade dos processos de emancipação feminina em perspectiva laico-republicana. Neste segmento, se discute a importância da outridade como uma afirmação ética, além de representar o excluído, que em diversos contextos pode ser representado pela figura feminina. Igualmente, debate-se processos de emancipação feminina numa óptica laico-republicana, que são possíveis através de inter-relações, e de um olhar complexo-paradoxal⁸, que não construa verdades desvinculadas do tempo, do ser-no-mundo, aplicáveis a qualquer indivíduo, mas verdades históricas, que respeitam o sujeito, incluindo as heranças religiosas, culturais, emocionais e filosóficas de cada ser. Este processo não apenas possibilita caminhos emancipatórios para as mulheres, mas se coaduna com um espaço republicano, democrático e laico.

Para uma pesquisa ser desenvolvida é necessário seguir um caminho metodológico, o qual indica as direções necessárias para responder a pergunta norteadora da investigação, indicando as direções a serem tomadas. A metodologia inclui os passos e instrumentos⁹, mas, também, a

⁸ Derrida faz grandes contribuições para pensar na paradoxalidade, mas para Edgar Morin, a paradoxalidade faz parte do movimento complexo. “O que é a complexidade? A um primeiro olhar, complexidade é um tecido (*complexus*: o que é tecido junto) de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo” (MORIN, 2015, p. 13). Ou seja, com a teoria complexo-paradoxal há a superação do “ou” para a coexistência, a exemplo da dicotomia bom-mau, que em um olhar binário, dualista, seria ou bom, ou mau, mas que na teoria da complexidade abre espaço para ser bom e mal, ao mesmo tempo. O contexto teria um espaço bem acentuado para dar o sentido de bom e/ou de mau.

⁹ Quanto a parte procedimental da tese, Lívio Osvaldo Arenhart e Amabilia Beatriz Portela Arenhart (2018, p. 156) orientam que “os métodos de procedimento constituem a parte prático instrumental do método”, de modo que ao se falar de método de procedimento, abordam-se as formas de congregar e ordenar dados e informações, com a

compreensão lógica desta trajetória. Assim, o modo de raciocínio predominante nesta pesquisa é o dedutivo, porque nesta lógica se parte de conclusões ou princípios gerais, para deduzir desta verdade geral verdades particulares. Nesta pesquisa, são lógicas gerais a noção de laicidade e direitos reprodutivos. A partir destas concepções gerais, este estudo deduzirá outras verdades, que permitirão ler a realidade do caso fático a ser apresentado e das conclusões a que se chegará. A produção da tese se dá dentro do modo de raciocínio dedutivo, porque ainda que não se construa uma verdade metafísica, mas, histórica, contextual, complexa e paradoxal, somos influenciados por noções e teorias de verdades prévias.

Os métodos de abordagem consistem na prática da pesquisa que se fundamenta em uma ou outra abordagem epistemológica (ARENHART; ARENHART; HAHN, 2019), neste sentido, a pesquisa adota, de modo abrangente, o método de abordagem epistemológica complexo-paradoxal, visto que a construção de verdades e o olhar sobre as verdades encontradas nas teorias de base serão feitas e interpretadas num diálogo interdisciplinar, mas que não se absolutizam, nem se restringem a binarismos como bom-mal, certo-errado. Evidentemente, uma abordagem não elimina as demais, mas delimitam-se as abordagens predominantes no todo e em cada capítulo a fim de melhor compreender o caminho a ser percorrido em cada etapa do desenvolvimento da pesquisa.

Seguindo as subdivisões previstas, nesta pesquisa dividiu-se em abordagens específicas, para atender as necessidades epistemológicas de cada capítulo, porém, de modo geral, a pesquisa terá um olhar que compreende a complexidade das temáticas que serão levantadas, o que exige e permite que matérias de vários campos científicos e de diferentes olhares se inter-relacionem ao longo do desenvolvimento do trabalho. No primeiro capítulo, a abordagem empregada é a

finalidade de produzir conhecimentos, podendo ser esses qualitativos, quantitativos ou mistos. Com este aporte de informações, a tese denota como método de procedimento o misto, pois envolve análises tanto qualitativas quanto quantitativas, frente a observação do caso concreto apresentado, a Lei 9.163/96 e os textos apresentados em audiência pública junto ao STF em agosto de 2018 na ADPF 442. Considerando que a pesquisa qualitativa se ocupa de uma série de levantamentos de dados, a partir de diversas fontes, especialmente as fontes colhidas junto ao *website* do STF, relacionadas à ADPF 442, e da Lei 9.263/96, a pesquisa qualitativa labora com elementos da subjetividade humana, examina os signos e significados desses (MINAYO, 2002). Ambas as formas de pesquisa não são incompatíveis, mas, sim, complementares, tornando possível a realização do enfrentamento de dados bibliográficos com realidades, símbolos e significados de um estudo de caso. No que tange à pesquisa quantitativa, a tese busca apontar dados numéricos constatados na análise dos textos já produzidos dentro do processo da ADPF 442, da Lei 9.263/96. Com ênfase em obras e clássicos sobre as temáticas que se entrelaçam nesta pesquisa, as análises quantitativas e qualitativas serão abordadas em uma perspectiva interdisciplinar, complexa e paradoxal. Quanto às técnicas de pesquisa, utiliza-se de fontes bibliográficas diretas e indiretas para fundamentar a problemática levantada.

histórico-analítica, a fim de descrever o conceito e a categoria de compreensão laicidade em um contexto histórico, social e jurídico de afirmação do princípio da laicidade na realidade brasileira, além de contextualizar historicamente a formação da República no Brasil. No segundo capítulo, a abordagem predominante é, também, histórico-analítica, pois se apresenta um entendimento do que seja patriarcado, seu contexto histórico, além de traçar uma historiografia do controle dos corpos femininos. O terceiro capítulo, por sua vez, é analítico-hermenêutico, para que se possa olhar para os textos apresentados em audiência pública junto ao STF, assim como a Lei 9.263/96, para analisá-los e interpretá-los sob o recorte da pergunta desta investigação. Por fim, o quarto capítulo utiliza a abordagem hermenêutico-sociológica, a fim de inter-relacionar os conceitos operacionais já analisados e demonstrar a complexa e paradoxal ação do Estado no que tange os direitos reprodutivos femininos.